ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DO RIO GRANDE
Procedimento nº 00854.000.987/2022 — Notícia de Fato

ARQUIVAMENTO

Trata-se de notícia de fato encaminhada pela Câmara de Vereadores a dar

conta, em suma, de inconformidade com a exigência, pela CORSAN, de plantas

hidrossantiárias para ligações de água em um mesmo terreno às famílias de baixa renda.

Oficiou-se à CORSAN para que se pronunciasse a respeito do noticiado, tendo

aportado resposta no sentido de que imóveis irregulares abastecidos através de dois

ramais e interconectados dentro do mesmo terreno/lote apresentam risco ao sistema

público de abastecimento de água, tendo em vista potencial contaminação do sistema,

em razão do que se mostra indispensável a exigência das plantas hidrossanitárias.

Outrossim, informou que a Companhia concede descontos para os usuários que

atendem as condições para a classificação do imóvel como tarifa social, sendo estes

aplicados no custo da ligação, ao valor do serviço básico e ao metro consumido até

10m³.

Lado outro, solicitado o envio de eventual abaixo-assinado de moradores

atingidos pelo problema, aportou resposta da presidência da Câmara de Vereadores

não haver identificação de pessoas diretamente atingidas pelo fato noticiado.

Com efeito, embora não se esteja a refutar as dificuldades financeiras

enfrentadas por famílias de baixa renda para o custeio das plantas hidrossanitárias,

mostra-se razoável e justificada a exigência prevista no Regulamento da CORSAN,

havendo política da Companhia voltada a alcançar descontos a pessoas de baixa renda,

o que não impede, todavia, que eventual inconformidade seja levada ao Poder

Judiciário por eventual munícipe em ação por ele próprio aviada, por intermédio da

Defensoria Pública.



Em face do exposto, não se vislumbrando interesse coletivo que justifique providências no âmbito desta promotoria de Justiça em relação ao caso, deixo de instaurar inquérito civil, nos termos do artigo 5°, inciso I, do Provimento 71/2017-PGJ.

Cientifique-se.

Rio Grande, 10 de novembro de 2022.

Adriano Pereira Zibetti. Promotor de Justiça.

Nome:

Adriano Pereira Zibetti

Promotor de Justiça — 3437418

Lotação: Promotoria de Justica Cível do Rio Grande

Data:

10/11/2022 11h31min

Documento eletrônico assinado por login e senha (Provimento nº 63/2016-PGJ).

Documento assinado digitalmente por (verificado em 22/11/2022 09:42:01):

Nome: RIO GRANDE DO SUL PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

Data: 10/11/2022 11:31:40 GMT-03:00

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. A conferência de autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico: "http://www.mprs.mp.br/autenticacao/documento"

informando a chave 000021093504@SIN e o CRC 2335.1328.

1/1



MANDADO DE NOTIFICAÇÃO - CIENTIFICAÇÃO

Prioridade: **Normal** Entrega: **E-mail**

00854.000.987/2022-0003

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, por seu(sua) Promotor(a) de Justiça signatário(a), no uso de suas atribuições legais, conferidas pelas Constituições Federal e do Estado do Rio Grande do Sul; Lei Federal nº 7.347/85; Lei Federal nº 8.625/93; e Lei Estadual nº 7.669/82; NOTIFICA a pessoa abaixo identificada nos seguintes termos:

Notificado (a): Câmara Municipal do Rio Grande

Endereço: Rua General Vitorino, nº 441, Bairro Centro, Rio Grande - RS

Telefone: (53) 3233-8500

Finalidade: Cientificar o arquivamento da Notícia de Fato 00854.000.987/2022, conforme cópia anexa, bem como de que dispõe de 10 dias para, querendo, manifestar sua inconformidade perante esta Promotoria de Justiça.

Rio Grande, 18 de novembro de 2022.

Adriano Pereira Zibetti, Promotor de Justiça.



Nome: Adriano Pereira Zibetti

Promotor de Justiça — 3437418

Lotação: Promotoria de Justiça Cível do Rio Grande

Data: 18/11/2022 10h53min

Documento eletrônico assinado por login e senha (Provimento nº 63/2016-PGJ).

Documento assinado digitalmente por (verificado em 22/11/2022 09:41:01):

Nome: RIO GRANDE DO SUL PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

Data: 18/11/2022 10:53:25 GMT-03:00

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. A conferência de autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico:

"http://www.mprs.mp.br/autenticacao/documento"

informando a chave 000021301013@SIN e o CRC 37.3021.9924.

1/1